

Políticas afirmativas no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB): um estudo exploratório em dimensões demográfica, acadêmica e espacial

Dourado, Gilson Barbosa ¹

Conceição, Sergio Henrique ²

RESUMO

Este trabalho analisa a trajetória de estudantes ingressantes na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) por meio das políticas afirmativas em um campus no interior do estado, através de pesquisa exploratória, descritiva e documental, baseada na população universitária, caracterizando-os por dimensões demográfica, acadêmica e espacial. Busca-se refutar teses reativas/reacionárias à política afirmativa de acesso e defender seu aperfeiçoamento e ampliação. Os resultados mostram um perfil de estudante jovem, feminino, oriundo da rede pública de educação, com desempenho acadêmico similar ao dos não cotistas, com alguma mobilidade espacial dentro de um mesmo território-identidade. Apontam-se também altos índices de evasão, fator que exige o planejamento sistemático de mais ações de acompanhamento e planejamento profissional dos egressos, visando ao aprimoramento de mecanismos que garantam a permanência e integralização das trajetórias acadêmicas desses atores sociais.

Palavras-chave: políticas afirmativas; política de acesso; ensino superior; universidade.

Affirmative policies within the scope of the State University of Bahia (UNEB): a exploratory study of demographic, academic and spatial dimensions

ABSTRACT

This work analyzes the trajectory of students entering the State University of Bahia (UNEB) through the affirmative policy on a campus in the interior of the state, through exploratory, descriptive and documentary research, based on the university population of that campus, characterizing them by demographic, academic and spatial dimensions. The aim is to refute reactive/reactionary theses to the affirmative access policy and defend its improvement and

¹ Universidade do Estado da Bahia. Doutor em Geoquímica pela Universidade Federal da Bahia e professor assistente no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Campus XIX. Email: gdourado@uneb.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7118162307164285>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9752-9212>.

² Universidade do Estado da Bahia. Professor Doutor Titular no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), Campus XIX, e do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC/UNEB). Email: shconceicao@uneb.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9308862450295724>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5833-9806>.

expansion. The results show a profile of a young, female student, coming from the public education network, with academic performance similar to that of non-quota students, with some spatial mobility within the same territory-identity. High dropout rates are also highlighted, a factor that requires the systematic planning of more monitoring actions and professional planning for graduates, aiming to improve mechanisms that guarantee the permanence and completion of the academic trajectories of these social actors.

Keywords: affirmative policies; access policy; university education; university.

Políticas afirmativas en el ámbito de la Universidad Estatal de Bahía (UNEB): un estudio exploratorio de las dimensiones demográficas, académicas y espaciales

RESUMEN

Este trabajo analiza la trayectoria de los estudiantes que ingresan a la Universidad Estadual de Bahia (UNEB) a través de la política afirmativa en un campus del interior del estado, a través de una investigación exploratoria, descriptiva y documental, basada en la población universitaria de ese campus, caracterizándolas por dimensiones demográficas, académicas y espaciales. El objetivo es refutar las tesis reactivas/reaccionarias a la política de acceso afirmativo y defender su mejora y expansión. Los resultados muestran un perfil de estudiante joven, proveniente de la red educativa pública, con rendimiento académico similar al de estudiantes no cuota, con cierta movilidad espacial dentro de un mismo territorio-identidad. También se destacan las altas tasas de deserción, factor que requiere la planificación sistemática de más acciones de seguimiento y planificación profesional de los egresados, apuntando a mejorar mecanismos que garanticen la permanencia y culminación de las trayectorias académicas de estos actores sociales.

Palabras clave: políticas afirmativas; política de acceso; enseñanza superior; universidad.

INTRODUÇÃO

No Brasil, apenas cerca de 4% da população economicamente ativa possui formação educacional em nível superior. Como forma de lidar com essa problemática, o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024 estabelece como meta o crescimento em 50% da taxa de matrícula no ensino

superior para a população de 18 a 24 anos, e que pelo menos 40% das novas matrículas sejam ofertadas no segmento público (IBGE, 2019; Brasil, 2014).

A população brasileira, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) para o ano de 2015, se auto declarava como branca (45,22%), parda (45,06%), preta (8,06%), amarela (0,46%) e indígena (0,38%) (IBGE, 2016). Nesse sentido, essa população já avaliava a influência da cor ou raça como determinando seu papel e suas perspectivas na sociedade, uma vez que 63,7% responderam que a raça e a cor influenciam na vida das pessoas e que o conceito de raça está intrinsecamente relacionado à aparência da cor da pele (IBGE, 2011).

Entre a população ocupada, conforme dados de 2017, os brancos representavam 45,9%, os pardos, 43,7%, e os pretos, 9,4%. O rendimento médio dos trabalhadores brancos, de R\$2.814, era maior que os rendimentos observados para os trabalhadores pardos, ao qual recebiam R\$1.606, e pretos com R\$1.570 (IBGE, 2018).

Quanto aos rendimentos e condições econômicas, as pessoas que não possuíam instrução apresentaram um menor rendimento médio, apenas R\$842, comparado a aquelas com ensino fundamental completo, que recebiam R\$1.409, ainda inferior aos rendimentos dos que tinham ensino superior completo, aos quais recebiam o valor de R\$5.110 (IBGE, 2018).

Para o grupo de pessoas com 12 anos ou mais de estudos dentre a população economicamente ativa a partir de 15 anos de idade, apresentavam-se: brancos, correspondentes a 23%; pardos, correspondentes a 11,8%; negros, correspondentes a 9,2%; e pretos, correspondentes a 4,3% da população (IBGE, 2018).

Com base nesses dados, é possível ratificar que a questão da inserção de negros e afrodescendentes no contexto da sociedade brasileira está ainda pautada por um estado de vulnerabilidade e exclusão social, e que o acesso ao ensino superior é um dos elementos possíveis de contribuir para a melhoria dos rendimentos financeiros e mobilidade econômica populacional (Petrucelli; Saboia, 2013).

As políticas afirmativas de acesso ao ensino superior caracterizam-se por serem iniciativas voltadas à efetivação de direitos e a estratégias de fortalecimento do ingresso de segmentos sociais desprovidos ou sonegados de condições equânimes para seu exercício social (Ferreira, 2019; Lima, 2011; Senkevics, 2018), bem como aliam-se ao esforço para garantir a efetividade constitucional da educação como direito social (Brasil, 1988).



Diante desse contexto, o presente artigo integra um movimento inicial de um projeto de pesquisa mais amplo denominado *Fatores relevantes para a trajetória e desempenho acadêmico de estudantes cotistas e não cotistas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)*, que pretende mapear ao longo de 20 anos da política afirmativa dessa instituição a trajetória dos estudantes cotistas e, posteriormente, seu ingresso no mundo do trabalho.

A pesquisa busca, a partir da compreensão do cenário de desafios, da ampliação da oferta de ensino superior público, e sob o contexto de exclusão e vulnerabilidade social de negros, pretos e pardos, que se constituem como expressões da afrodescendência brasileira, investigar a política de ação afirmativa de acesso ao ensino superior voltada a afrodescendentes patrocinada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), instituição pública estadual de ensino, extensão e pesquisa, considerando essa política a partir da Resolução do Conselho Superior Universitário (CONSU) nº. 196/2002.

A UNEB é uma universidade estadual *multicampi* fundada em 1983, formada por 29 departamentos presentes em 24 municípios do estado da Bahia, caracterizada como uma autarquia estadual de direito público, que disponibiliza mais de 150 cursos distribuídos em graduação presencial e a distância e pós-graduação, inseridos na quase totalidade dos territórios-identidade do estado, além de atuar na perspectiva da extensão e pesquisa (UNEB, 2020).

A UNEB integra com outras quatro instituições estaduais o Sistema Estadual de Educação Superior, constituído a partir da década 1970, o qual é responsável por cerca de 70% da oferta de educação superior pública no interior do estado da Bahia, cujo cenário de omissão de oferta pública federal foi somente mitigado a partir da primeira década do século XXI, ou seja, decorridos 40 anos da implementação das instituições estaduais aqui referidas (Mota Júnior, Conceição, 2021).

A instituição de ensino, pesquisa e extensão baiana possui protagonismo na implementação de políticas de ações afirmativas de acesso ao ensino superior, uma vez que foi a segunda universidade a aprovar uma política dessa natureza no Brasil (Auad, Cordeiro, 2018).

Transcorridas duas décadas de implantação das políticas de ações afirmativas de acesso ao ensino superior, ainda persistem, de um lado, o senso comum que apregoa teses reativas/reacionárias (Ferreira, 2019), supostamente meritocráticas, e, do outro, a necessidade de fazer avançar e aperfeiçoar as políticas afirmativas na educação superior, criando mecanismos de avaliação e

acompanhamento no âmbito da gestão universitária (Gorczewski, Terra, 2006; Santana, 2010).

Esta pesquisa busca tanto refutar teses reativas/reacionárias acerca das políticas afirmativas no ensino superior quanto oferecer elementos que subsidiem a defesa dessa política e seu aperfeiçoamento, para o contexto de permanência universitária e apoio à inserção ao mundo do trabalho.

Os objetos de análise foram dois cursos de graduação presenciais, da área das ciências sociais aplicadas, que mobilizaram nesses 20 anos uma população discente superior a quatro mil estudantes. Nesse sentido, o artigo tem por objetivo identificar a trajetória dos estudantes do ensino superior que ingressaram por meio da política afirmativa de acesso protagonizada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), analisando a população acadêmica dos cursos de graduação presenciais de um campus dessa universidade, localizado em uma cidade do interior do estado, que por questões da ética da pesquisa não serão identificados neste trabalho.

Este trabalho está dividido em 5 seções. Nesta subdivisão introdutória, apresentam-se tema, delimitação, justificativa e objetivos do estudo; segue-se então uma seção expondo a fundamentação teórica relacionada às políticas de ações afirmativas para o ingresso no ensino superior no Brasil, seguida da seção de metodologia do estudo, posteriormente dos resultados obtidos na pesquisa e, por fim, das considerações e recomendações do estudo.

Referencial Teórico

Os estudos acerca das políticas de ações afirmativas de acesso ao ensino superior

As políticas afirmativas atuam em favor de indivíduos alijados do exercício de suas prerrogativas constitucionais, de seus direitos humanos e sociais. Essas políticas constituem estratégias para mitigar os danosos efeitos do aviltamento de direitos sociais que sofrem determinados contingentes populacionais, prejudicados, consequentemente, no que tange ao pleno exercício da cidadania (Lima, 2011).

Dessa maneira, tais políticas se caracterizam como estratégias de mediação das demandas por efetivação de direitos sociais, aos cidadãos potencialmente discriminados por questões étnicas, raciais, migratórias, sociais e culturais, em sentido complementar, buscando materializar condições

equânimes de representação social das diversidades étnico-culturais presentes na sociedade nos diferentes espaços de convivência social, política, pública e econômica (Daflon, Feres Júnior, Campos, 2013).

No Brasil, a partir da publicação da Lei nº. 3.524/2000, no estado do Rio de Janeiro, que possibilitou a implantação de cotas de vagas nas universidades estaduais fluminenses para alunos de escolas públicas dentre a população negra e parda, foram materializados antigos anseios e lutas dos movimentos sociais e o processo de implementação de políticas afirmativas em instituições públicas de educação superior (IPES).

Atualmente, todas essas instituições promovem alguma política afirmativa de acesso: 85% delas direcionam cotas para egressos de escolas públicas; 58% para pretos e pardos; e 51% para indígenas. Nesse contexto, 80% das IPES adotam critério de autodeclaração para acesso à política de cotas raciais e 5% lançam mão de comissões de verificação para acesso a essa política (Daflon, Feres Júnior, Campos, 2013).

A Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023, estabeleceu, no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, procedimentos a aplicação da reserva de vagas para pessoas negras nos concursos públicos, nos termos da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

Na UNEB, *lôcus* do presente estudo, as práticas de heteroidentificação estão preconizadas na Resolução CONSU nº 1.339/2018 que reordenou o sistema de reservas de vagas para negros e sobrevagas para indígenas; quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgênero.

Percebe-se que, no contexto das políticas afirmativas de acesso às IPES, dá-se maior ênfase a enfoques socioeconômicos que a aspectos étnico-raciais, o que leva Daflon, Feres Júnior e Campos (2013) a refletirem acerca das limitações desses critérios socioeconômicos enquanto forma realmente mais apropriada de promover a integração racial, mesmo quando há forte convergência entre raça e classe.

De outro modo, o movimento de busca equidade de acesso a direitos e à representação da diversidade étnico-racial, cultural e social, cujo protagonismo se efetivou, preliminarmente, nas IPES estaduais, possibilitou a criação de uma legislação federal que, por sua vez, tornou as políticas afirmativas possíveis no âmbito das instituições federais de educação superior (IFES) e, de certa forma, pautou a implementação de estatutos de combate à desigualdade racial em

todas as instâncias federativas do país, dando substância a mecanismos já preconizados na carta constitucional.

De acordo com Santana (2010), às ações afirmativas são instrumentos para promover privilégios de acesso a meios fundamentais para minorias étnicas, raciais ou sexuais, que estariam tradicionalmente excluídas desse processo. Essas ações no ensino superior são uma das formas de tentar resolver – ou ao menos minimizar – o problema, podendo essa expressão ser percebida por meio da política de implementação de cotas para tal acesso a afrodescendentes e outras etnias.

Não há dúvidas sobre a não equidade racial para os negros em diversas esferas e posições sociais, e não há como negar que eles sofrem desvantagens em função do racismo velado que aflora quando se há discussão sobre papéis sociais, marginalidade, estudos e empregos, situação análoga à vivenciada por indígenas, pessoas com necessidades especiais e sujeitos com variadas expressões de diversidade sexual (Santana, 2010).

É perceptível que as políticas afirmativas baseadas em cotas não podem ser medidas isoladas para a superação da desigualdade e o baixo índice de ingressos dos afrodescendentes ao ensino superior. Do mesmo modo, uma vez ingressantes, por diversos fatores os afrodescendentes enfrentam dificuldades para desenvolverem as atividades acadêmicas e seus percursos formativos. Nesse aspecto, apesar de as ações afirmativas serem constitucionais e atenderem ao princípio da isonomia, é preciso uma reestruturação do ensino superior para que elas surtam efeitos mais significativos (Santana, 2010).

Cavalcanti *et al.* (2010) apontam como efeitos positivos da implementação de políticas afirmativas o aumento das oportunidades de acesso dos grupos sub-representados no ambiente acadêmico, a ampliação das relações intergrupos sociais, a redução da discriminação de renda e raça e uma melhora na formação educacional de toda a sociedade.

De outro modo, as críticas apontadas quanto à implementação de políticas afirmativas estão relacionadas, supostamente, à alocação de indivíduos em ambientes onde o nível educacional é incompatível com o aprendizado acumulado, particularmente em cursos mais seletivos, o que poderia resultar em desânimo estudantil, impactando negativamente o desempenho acadêmico e a permanência dos estudantes na universidade.

De acordo com essa linha de pensamento, a existência de um déficit educacional nos estudantes ingressantes pela política de ações afirmativas poderia ampliar o estigma socioeconômico construído historicamente,

levando-os à reprovação, desistência da disciplina ou mesmo abandono do curso (Cavalcanti *et al.*, 2010).

Por outro lado, Ferreira (2019) caracteriza a resistência na adoção e reconhecimento das políticas afirmativas com uma manifestação específica de racismo, que opera a partir do senso comum, baseado no mito da democracia racial, e que enuncia e preconiza teses reativas/reacionárias alicerçadas em perspectivas de perversidade, futilidade e risco.

Segundo essa autora, as teses reativas/reacionários questionam a efetividade das políticas afirmativas, supondo que estas produzirão uma reação ou efeito contrário ao desejado (perversidade), são ilusórias, pois não modificam as estruturas enraizadas (futilidade) e, apesar de factíveis ou desejadas, as mudanças trariam custos inaceitáveis (risco), com os quais a sociedade não estaria disposta a arcar (Ferreira, 2019).

Os estudos acerca do desempenho acadêmico de estudantes cotistas das políticas de ações afirmativas do ensino superior

A questão racial promove desigualdades que comprometem o direito ao acesso à educação. Segundo Senkevics (2018), em seu estudo nacional com base nos dados do censo da educação superior, entre 1980 a 2010, negros não constituíam maioria em nenhum dos 25 cursos superiores mais importantes analisados em seu estudo; não obstante, houve um incremento significativo (116%) em relação ao ingresso de estudantes negros, pretos e pardos no ensino superior a partir das políticas afirmativas de cotas promovidas inicialmente pelas universidades estaduais (2000), contempladas posteriormente pelas instituições federais de ensino superior (IFES) com a publicação da Lei nº. 12.711/2012 (Brasil, 2012).

Decorrido um período de quase duas décadas do surgimento da política de cotas de acesso ao ensino superior, as pesquisas acadêmicas acerca dos impactos e da dinâmica de execução dessas políticas encontram dificuldades em se operacionalizar devido às limitações dos dados étnico-raciais nas IPES, considerando, especialmente, os dados do censo da educação superior, para os dados do ano de 2015 apresentava um contingente de 24,8% de estudantes sem informação sobre classificação racial (Senkevics, 2018).

O comprometimento dos dados étnico-raciais e, conseqüentemente, a ausência de pesquisas acerca da execução das políticas afirmativas nas IPES

comprometem a avaliação dessas políticas e seu aperfeiçoamento, em função da insuficiência desse tipo de informação tão relevante (Senkevics, 2018).

O estudo de Cavalcanti *et al.* (2010) realizou investigação acerca do desempenho acadêmico dos estudantes egressos do sistema de cotas no ensino superior da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Os resultados da pesquisa apontaram que os desempenhos dos estudantes das áreas de humanidades e ciências sociais aplicadas são mais equilibrados, que nas áreas de biologia e saúde ocorre maior discrepância de desempenho entre os estudantes cotistas e não cotistas.

Ainda segundo Cavalcanti *et al.* (2010), o indicador de desempenho “nota média nos 3 últimos semestres” foi o que apresentou menos diferença significativa entre cotistas e não cotistas. De outro modo, existe efeito do sistema de cotas na “nota média nos 3 primeiros semestres”, mas não no “coeficiente de rendimento”.

Os modelos matemáticos estimados por áreas de conhecimento mostraram que os diferenciais de desempenho permanecem apenas para os cursos da área de Ciências da Saúde, indicando, possivelmente, que fatores socioeconômicos são mais relevantes para o desempenho do aluno na universidade do que sua modalidade de ingresso (Cavalcanti *et al.*, 2010).

A política afirmativa de acesso ao ensino superior por cotas raciais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), instituição de ensino superior pública estadual, *multicampi*, presente em 24 municípios e em todos os territórios-identidade do estado da Bahia, implementou em 2003 sua política afirmativa de acesso por cotas raciais, atualmente disciplinada pela Resolução CONSU nº. 1.339/2018, que destina a reserva de 40% das vagas para candidatos negros, 5% para candidatos indígenas e para quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, transexuais, travestis e transgêneros (UNEB, 2018).

Em aderência a seus pressupostos institucionais, de interiorização e democratização do ensino superior público no estado da Bahia, a UNEB a partir de sua política afirmativa de acesso ao ensino superior busca:

[...] promover práticas de equidade, indistintamente, a todas as diversidades: étnicas, raciais, culturais, de gênero, de geração/faixa etária, de inserção territorial-geográfica, de condições físicas e/ou históricas desvantajosas e outras, que compõem o quadro de estudantes, professores e servidores técnicos e administrativos nos diversos departamentos da Universidade (UNEB, 2020).

A política afirmativa da UNEB foi inicialmente constituída por meio da resolução universitária CONSU nº. 196/2002, posteriormente reformulada pelas resoluções CONSU nºs. 468/2007, 710/2009, 711/2009, 847/2011 e, atualmente, pela Resolução CONSU nº. 1.339/2018. Essas normas sistematizaram historicamente o arcabouço jurídico das políticas afirmativas nesta universidade.

A implantação das políticas afirmativas na UNEB há 19 anos colocou a universidade na vanguarda da discussão das políticas afirmativas na educação superior pública, não somente para o acesso à graduação, mas também à pós-graduação *stricto sensu* (Venturini, 2017).

Considerando o contexto desfavorável de desigualdade social, de renda, emprego e acesso à educação que a Bahia vivência, no contexto de um estado do nordeste brasileiro, a política afirmativa efetiva uma perspectiva de acesso e permanência à educação superior pública a estudantes cotistas, igualmente egressos dessas mesmas condições desfavoráveis de vida.

Nesse sentido, a UNEB promove uma política de permanência estudantil voltada a esse segmento, com uma oferta de 1.050 bolsas de auxílio financeiro, com recursos de seu próprio orçamento, articulada com a iniciativa do governo estadual denominada *Programa Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia*, que oferta anualmente cerca de 500 bolsas a estudantes da UNEB e outros quantitativos às demais IPES estaduais, ratificando a dimensão da permanência estudantil no âmbito da política afirmativa de ensino superior (Bahia, 2001; 2015; UNEB, 2018).

Cabe destacar, de igual maneira, que o contexto de aridez financeira e indiferença política que demarcam as relações entre as IPES e o poder executivo local e nacional, a omissão histórica da União na função suplementar para o financiamento da educação e oferta de educação superior pública no interior do país, temperados pela ausência de uma efetivação

político-normativa do sistema nacional de educação e a inexistência de um fundo de financiamento específico para a educação superior pública, têm restringido tanto as condições materiais para a manutenção e expansão das IPES quanto os efeitos da própria política de acesso e permanência direcionada a essa comunidade titular de direitos sociais (Mota Júnior; Conceição, 2021).

Em que pese o protagonismo histórico da política afirmativa da UNEB, a instituição parece carecer de um arranjo sistêmico e organizacional das informações acerca da trajetória desses sujeitos, titulares do direito à educação pública, que acessam seus cursos superiores, especialmente de graduação, por meio das políticas afirmativas, não somente para subsidiar seu processo decisório no âmbito da gestão universitária mas igualmente para o enfrentamento das lutas políticas em defesa desse patrimônio público e na interlocução com os diferentes atores sociais.

Nesse sentido, ainda se percebe, como em outras IPES, um silenciamento acerca dos dados raciais em seus registros acadêmicos, na comunicação institucional de seus dados estatísticos e anuários e mesmo de uma metodologia, possivelmente mais robusta, de acompanhamento e avaliação dessa política e de suas interseccionalidades (Senkevics, 2018; Auad; Cordeiro, 2018).

Metodologia

A metodologia é compreendida como uma sistematização instrumental pautada por pressupostos teóricos que buscam capturar, decodificar e disseminar o conhecimento a partir da observação de um determinado fenômeno ou objeto de estudo.

Nesta pesquisa, a metodologia configurada busca contribuir para identificar, mediante uma pesquisa exploratória, documental e descritiva, a trajetória dos estudantes que ingressaram no ensino superior por meio da política afirmativa de acesso protagonizada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a partir da análise da população universitária de um determinado campus dessa universidade, localizado no interior do estado, considerando o período de duas décadas, compreendido entre 2000 e 2020. O município, campus e cursos foram omitidos em função de questões éticas da pesquisa, até que o estudo possa ser integralizado em toda a instituição.

O estudo elegeu as dimensões demográfica, acadêmica e espacial como elementos capazes de caracterizar esses discentes titulares do direito à educação superior pública. O campus universitário selecionado trata-se de uma estrutura que realiza atividade acadêmica nas perspectivas do ensino, pesquisa e extensão, ofertando cursos presenciais de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*, bem como oferta cursos de graduação a distância (EaD).

A seleção do campus se deu por tratar-se de uma unidade localizada no interior do estado da Bahia, que por questões geográficas se comunica sócio e economicamente com diversos outros municípios inseridos no mesmo território-identidade, algo que ratifica o papel da instituição na oferta de atividade superior no interior do estado, e de cursos que, pela afinidade dos campos científicos, tornam-se comparáveis e consolidáveis para os resultados das análises.

Para fins de manutenção do sigilo e respeito à ética da pesquisa, o campus foi denominado “Campus “Z””, e os cursos, *Alfa* e *Beta*. Para fins de inferências gerais indicamos que se trata de uma unidade acadêmica de cerca de 1000 (mil) estudantes matriculados, na natureza urbana e forte presença de atividade econômica (comércio, serviços e indústria).

O conjunto de dados utilizados pela pesquisa foi acessado mediante prévia autorização das instâncias universitárias em processos formalmente tramitados. Esses dados foram preliminarmente extraídos da solução tecnológica de registros acadêmicos da instituição, sendo posteriormente exportados em formato “.txt”, organizados e tabulados em soluções de planilhas eletrônicas e, for fim, sistematizados em painéis dinâmicos de interface gráfica de apresentação, do tipo *dashboard*, em plataforma de *business intelligence* (BI).

A mineração dos dados extraídos possibilitou a identificação das seguintes variáveis relacionadas aos registros acadêmicos dos estudantes, conforme evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1: Variáveis do estudo extraídas da base de registros acadêmicos

Sigla	Variáveis	Descrição
VA01	Matrícula	Número da matrícula do estudante
VA02	Sexo	Masculino ou feminino
VA03	Cor_da_pele	Cor da pele declarada pelo estudante (raça)
VA04	Cotista	Cotista ou não cotista



VA05	Nascimento	Data do nascimento do estudante
VA06	UF	Unidade federativa onde nasceu o estudante
VA07	Estado_Civil	Estado civil declarado pelo estudante
VA08	Rede_de_Ensino	Natureza jurídica do estabelecimento de ensino de origem (municipal, estadual, federal ou privada) na qual o estudante cursou o ensino médio
VA09	Cidade_Ensino_Medio	Cidade onde está localizada a unidade de ensino de origem na qual o estudante cursou o ensino médio
VA10	UF_Ensino_Medio	Unidade federativa onde está localizada a unidade de ensino de origem na qual o estudante cursou o ensino médio
VA11	Ano_conclusao_ensino_medio	Ano em que o estudante concluiu o ensino médio
VA12	Curso	Nome do curso em que o estudante está matriculado
VA13	Turno	Turno em que o curso matriculado pelo estudante é ofertado
VA14	Ano_ingresso	Ano de ingresso do estudante no curso em que está matriculado
VA15	Semestre	Semestre em que ocorreu o ingresso no curso - primeiro (1) ou segundo (2)
VA16	Forma_Ingresso	Modalidade de ingresso no curso (Vestibular, SISU, Transferência, Portador de Diploma, Rematrícula)
VA17	Forma_Saida	Forma de encerramento do curso pelo estudante (Conclusão, Abandono, Desistência, Transferência, Falecimento, Cancelamento)
VA18	Conclusão	Concluído (1); Em curso (0)
VA19	Média_geral	Média acadêmica geral dos componentes curriculares cursados
VA20	Prop_aprovação	Percentual de aprovação nos componentes curriculares por média
VA21	Permanencia	Número de semestres cursados

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

As categorias analíticas tomadas neste estudo são adaptadas das dimensões teóricas previstas em Fialho (2005). A autora estabelece o contexto da compreensão dos fenômenos relativos à gestão universitária, levando em consideração o panorama da *multicampia* na qual a instituição em estudo está

inserida, bem como a relevância das dimensões acadêmica, organizacional e espacial³.

Ao entendermos que as políticas afirmativas expressam, em algum sentido, uma racionalização do fenômeno da gestão universitária, percebemos que esta última deve ser compreendida como uma atividade meio para planejamento, organização e acompanhamento de recursos humanos, materiais e tecnológicos a serviço da oferta de atividade de ensino, pesquisa e extensão.

Considerando as questões relativas ao acesso, permanência e formação dos estudantes no âmbito das IPES como inerentes ao processo da gestão universitária, estando inserida nesta a dimensão política da oferta, notamos a aderência daqueles pressupostos teóricos preconizados por Fialho (2005) como capazes de nortear o presente esforço de investigação científica.

Em relação ao campo empírico delimitado pelo estudo, ou seja, o conjunto da população acadêmica de dois cursos presenciais de graduação em um campus universitário, materializado pelos registros acadêmicos das trajetórias formativas estudantis, optamos por ratificar as dimensões acadêmicas e espaciais presentes na literatura indicada.

De outro modo, após a crítica dessa base de dados configurada na pesquisa, e em face de sua própria caracterização, compreendemos que os aspectos ali inseridos possibilitaram uma sistematização de natureza demográfica dos estudantes, portanto, assumimos esta última em oposição à dimensão organizacional preconizada nos estudos de Fialho (2005).

A síntese das Dimensões Categóricas (Teóricas e Analíticas) deste estudo pode ser observada na Tabela 2.

Tabela 2: Dimensões Categóricas (Teóricas e Analíticas) do trabalho

Dimensões categóricas Fialho (2005)	Dimensões categóricas do estudo	
	Dimensões teóricas	Dimensões analíticas
Organizacional	Não assumida no trabalho	-
Acadêmica	Acadêmica	- Forma de ingresso;

³ Toda a base tecnológica utilizada na realização desse estudo está licenciada em favor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e acessada sob autorização dessa mesma instituição.

		- Quantidade de ingressantes; - Natureza da rede em que cursou o ensino médio; - Período de ingresso; - Período de conclusão de curso; - Tempo de integralização dos estudos; - Conclusão, transferência, abandono ou desistência; - Desempenho acadêmico (média no curso); - Proporção por aprovação por média
Espacial	Espacial	- Cidade de nascimento; - Cidade da unidade de ensino de origem - Cidade onde se localiza o curso
-	Demográfica	- Sexo; - Raça; - Idade; - Estado Civil
	Categorias estruturantes	- Estudante Cotista - Estudante Não Cotista

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A partir da análise dos dados obtidos no campo empírico foi possível identificar na dimensão acadêmica os aspectos relacionados ao percurso formativo dos estudantes: forma de ingresso, quantidade de ingressantes no curso, natureza da rede de ensino em que cursou o ensino médio, período de ingresso, período de conclusão do curso, tempo de integralização dos estudos, conclusão ou evasão do curso, desempenho acadêmico e proporção de aprovação por média.

Na dimensão espacial, os aspectos relacionados à mobilidade dos discentes identificados foram: cidade onde nasceram, onde cursaram o ensino médio e a cidade onde está localizado o curso em que estão matriculados.

Na dimensão demográfica, identificaram-se os aspectos de caracterização dos sujeitos titulares do direito à educação superior pública, inseridos naquele campus universitário (sexo, raça, idade, estado civil).

Todas as informações obtidas estão organizadas na perspectiva das duas categorias estruturantes da pesquisa: estudante cotista e não cotista, com o fim de se estabelecerem as inferências que poderão contribuir no aperfeiçoamento da política afirmativa de acesso e de permanência estudantil.

Resultados

Resultados obtidos na dimensão demográfica

Os resultados obtidos na dimensão demográfica buscam trazer uma descrição dos aspectos relacionados a gênero, raça, idade, estado civil e local do nascimento dos estudantes, de acordo com os dados disponíveis nos registros acadêmicos da instituição, bem como a condição de cotista ou não cotista em relação à política afirmativa de acesso.

Constatou-se na pesquisa um total de 4.368 estudantes que formaram a população acadêmica nos cursos de graduação presencial do Campus “Z”, o montante de estudantes concluintes, em curso, evadidos ou transferidos, ou seja, o total de discentes que mantiveram algum vínculo acadêmico com a instituição, nos dois cursos investigados daquele campus universitário, no período de 2000-2020.

O Curso Beta respondeu com 3.118 estudantes (71%) e o Curso Alfa com 1.250 estudantes (29%). O público masculino representou 53% da população estudantil e o público feminino 47%. Em ambos os cursos, percebe-se um contingente feminino maior na população acadêmica de estudantes (Tabela 3).

Tabela 3: Distribuição da população de discentes do Campus “Z”

População	Curso Beta			Curso Alfa			TOTAL
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	
Cotistas	623	461	1.084	236	211	447	1.531
Não Cotistas	1.098	936	2.034	348	455	803	2.837
TOTAL	1.721	1.397	3.118	584	666	1.250	4.368

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Os dados apresentados na Tabela 1 demonstram também que, da população acadêmica de estudantes do campus, 1.531 ingressaram por meio da política afirmativa de cotas (35%) e 2.837 ingressaram na condição de não cotistas (65%). Esses percentuais guardam relativa aderência ao percentual de vagas destinadas pela instituição para o acesso mediante as cotas, na ordem de 40% do total das vagas ofertadas.

Quanto ao estado civil, constatou-se que 3.416 estudantes se declararam solteiros (78,2%), 564 casados (12,9%) e 322 não especificaram seu estado civil (7,4%). Os resultados obtidos na dimensão demográfica caracterizam os estudantes desse campus universitário como sendo do gênero feminino, solteiros e não cotistas. Infelizmente, percebemos que os dados acadêmicos registrados não indicam informações de etnia e raça. Apesar de o banco de dados permitir a inserção dessa informação, ela se encontra em *status não declarado* para toda a base de dados da população acadêmica de estudantes.

Tais resultados confirmam os achados dos estudos de Cavalcanti *et al.* (2010) e Senkevics (2018) acerca do silenciamento das informações étnico-raciais nos bancos de dados das IPES, mesmo considerando um contexto de execução de políticas afirmativas de caráter racial.

Em relação à questão etária, os estudantes do Campus “Z” são majoritariamente jovens, entre 17 a 26 anos, para os dois cursos, cerca de 73% da população, seguido da faixa etária de 27 a 36 anos, cerca de 21% da população, depois a faixa de 37 a 46 anos, representando cerca de 5% de população, a faixa de 47 anos a 56 anos, cerca de 1%, e a faixa acima de 57 anos, isto é, abaixo de 1% da população de discentes que estudaram naquele campus universitário.

Os dados concernentes à faixa etária, com predominância de discentes jovens, sinalizam para a demanda já indicada pelo PNE, em sua meta 12, voltada à educação superior, fixa o percentual de 40% das matrículas em instituições públicas de educação superior, portanto, da necessidade de esse incremento ter um protagonismo exercido na oferta pública.

Resultados obtidos na dimensão acadêmica

Os resultados obtidos na dimensão acadêmica inicialmente demonstram as modalidades de acesso aos cursos. Identificamos que 3.431 estudantes ingressaram no curso superior via exame vestibular (78,5%), 632 pelo SISU (14,5%) e 141 por meio do processo de transferência externa (3,2%), seguido de demais modalidades de ingresso menos relevantes (Tabela 4).

Tabela 4: Distribuição da população discente por modalidade de ingresso

Forma de ingresso	Curso Beta			Curso Alfa			TOTAL
	TOTAL	Cotistas	Não Cotistas	TOTAL	Cotistas	Não Cotistas	



Vestibular	2.528	919	1.609	903	373	530	5.431
SISU	459	161	298	173	69	104	632
Transferência Externa	50	-	50	91	2	89	141
Rematrícula	58	-	55	22	2	20	80
Transferência Interna	7	1	6	39	1	38	46
Portadores de Diploma	14	-	14	15	-	15	29
Convênios Internacionais	2	-	2	3	-	3	5
Transferência Ex-Ofício	-	-	-	4	-	4	4
TOTAL	3.118	1.084	2.034	1.250	447	803	4.368
%	71	25	47%	29%	10%	18%	100

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Percebe-se que, para a oferta de cursos superiores em cidades do interior, o vestibular é o principal meio de seleção, possivelmente por conta do menor custo da taxa de inscrição, a possibilidade de obtenção de isenção dessa taxa, o processo de divulgação local junto às instituições de ensino médio, bem como devido aos programas públicos de preparação para o exame vestibular, que ocorrem nas unidades de ensino público dessas cidades.

Quanto ao número de ingressantes nos cursos de graduação presencial analisados, identificamos uma média anual de ingressos em torno de 208 estudantes/ano, ao longo do período de 2000-2020, sendo uma média de 148 estudantes/ano no Curso Beta e 60 estudantes/ano no Curso Alfa (Gráfico 1).

Gráfico 1: Número de ingressantes nos cursos de graduação presencial (2000-2020)

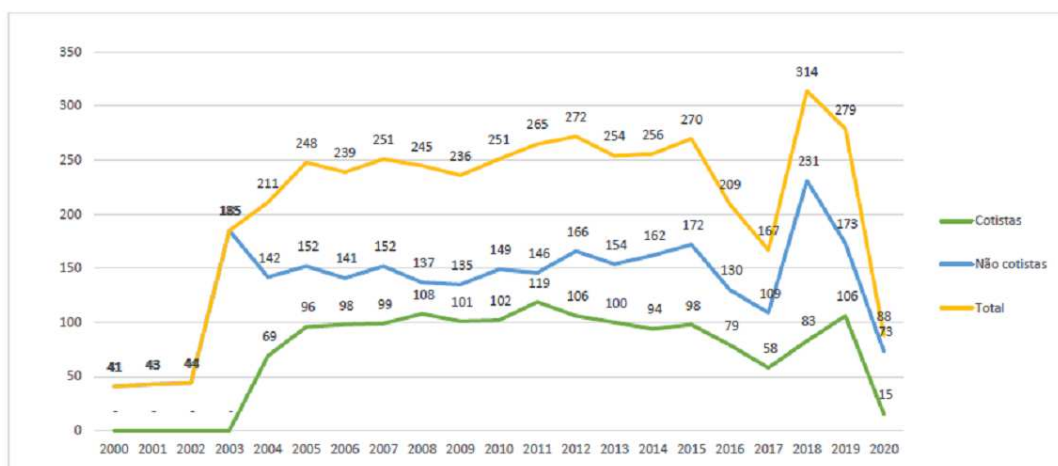


Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A série histórica representada no Gráfico 1 apresentou certa estabilidade de tendência ao longo do período, com uma baixa acentuada em 2020 em virtude dos impactos da adoção do ensino remoto no ano de 2020, resultante da pandemia da Covid-19, que impactou na formulação do calendário acadêmico, a permanência estudantil e as condições gerais de oferta da atividade acadêmica durante todo o ano de 2020.

A trajetória de ingressantes na série histórica 2000-2020, na perspectiva do acesso de cotistas e não cotistas, apresentou a mesma tendência no total de ingressos, sendo 73 ingressos anuais em média para cotistas (35%) e 135 ingressos anuais em média para não cotistas (65%). Repercute, de igual modo, o impacto nos ingressos no ano de 2020 por conta dos efeitos sociais da pandemia da Covid-19 (Gráfico 2).

**Gráfico 2: Número de ingressantes em relação às cotas de acesso
- Campus “Z”**



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Os resultados do estudo indicam que dentre a população acadêmica de 4.368 estudantes, 3.357 (76%) já não integram mais essa comunidade, seja por terem concluído o curso, seja por abandono, desistência ou transferência. Os outros 1.011 discentes permanecem com seus vínculos acadêmicos ativos (24%) (Tabela 3).

Conforme demonstrado na Tabela 3, os resultados esclarecem que 1.560 estudantes concluíram o curso (46%), 1.534 desistiram ou abandonaram a graduação (46%) e 212 se transferiram para outros campi universitários (6%), seguido por outros motivos de saída menos significativos.

Os resultados aqui apresentados levam à constatação da necessidade de a gestão universitária patrocinar estudos mais detalhados acerca dos fatores que impactam na evasão estudantil, os quais não raramente estabelecem uma relação paritária entre formandos e evadidos, considerando, especialmente, a ocupação temporária de vagas e o montante de recursos públicos empregados na educação superior pública.

Dos dados apresentados na Tabela 5, podemos inferir que 54% da população acadêmica não concluiu seus estudos, desses 18% são cotistas e 35% são não cotistas. De outro modo, 46% concluíram seus estudos, desses 16% são cotistas e 30% são não cotistas.

Tabela 5: Distribuição da população de discentes egressa do Campus "Z"

Forma da saída	Curso Beta	Curso Alfa	TOTAL
----------------	------------	------------	-------

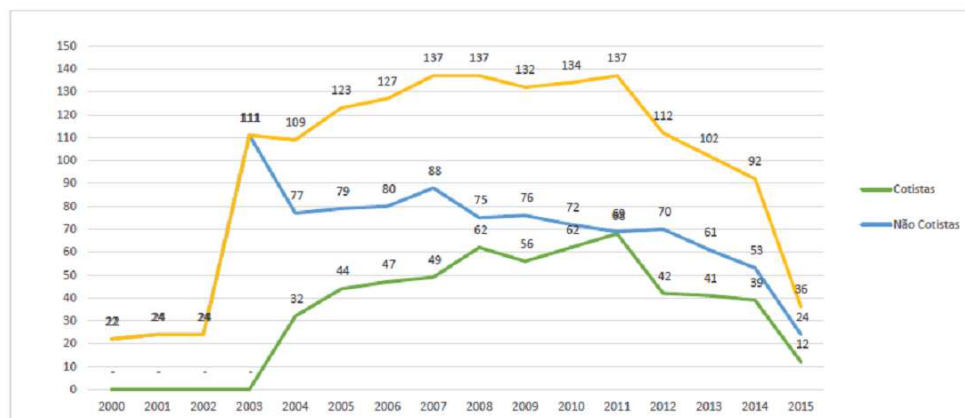


	TOTAL	Cotistas	Não Cotistas	TOTAL	Cotistas	Não Cotistas	
Conclusão de curso	1.216	436	780	344	118	226	1.560
Abandono	937	310	627	241	109	132	1.178
Desistência	264	88	176	92	30	62	356
Transferência Interna	134	35	99	78	27	51	212
Desistência ingressante	16	6	10	8	2	6	24
Transferência Externa	15	5	10	7	5	2	22
Falecimento	-	-	-	2	-	2	2
Transferência Ex-Ofício	-	-	-	2	-	2	2
Cancelamento	-	-	-	1	1	1	
TOTAL	2.582	880	1.702	775	292	484	3.357
%	77%	26%	51%	23%	9%	14%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Ao passarmos para o tema dos estudantes que concluíram os cursos de graduação presencial, os resultados indicam o mesmo patamar de distribuição entre cotistas e não cotistas, sendo os primeiros representando 36% dos estudantes concluintes e os não cotistas 64% dos concluintes, patamares compatíveis com a distribuição de matrículas dos ingressantes (Gráfico 3).

Gráfico 3: Número de egressos concluintes na graduação presencial no Campus “Z”

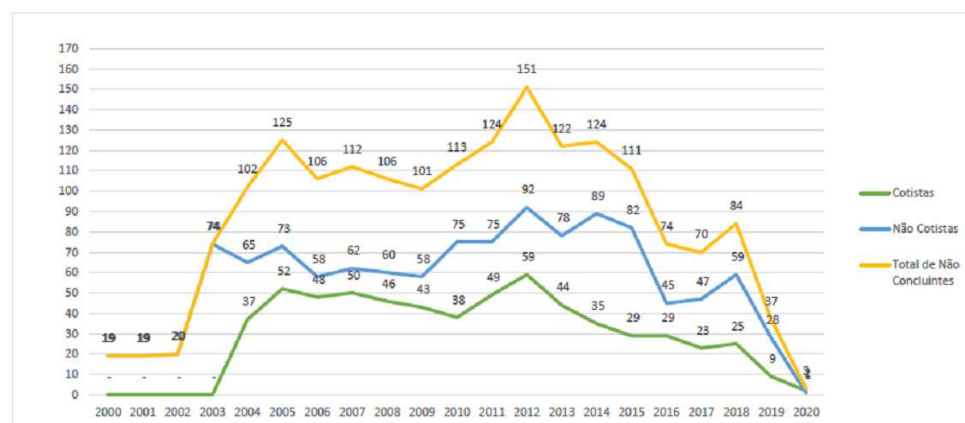


Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Esses resultados parecem sinalizar que os fatores que impactam a integralização dos estudos da população acadêmica investigada, possivelmente, são da mesma natureza, afetando tanto os estudantes cotistas quanto os não cotistas.

Para os estudantes que não concluíram os cursos de graduação presencial, os resultados obtidos indicam o mesmo patamar de distribuição entre cotistas e não cotistas, sendo os primeiros representando 36% dos estudantes não concluintes e os não cotistas 64% dos não concluintes, patamares idênticos com a distribuição dos concluintes (Gráfico 4).

Gráfico 4: Número de egressos não concluintes na graduação presencial no Campus “Z”



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

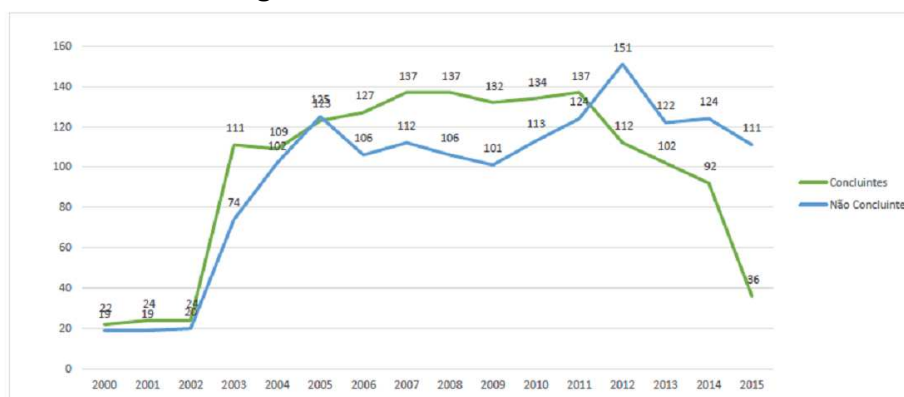


Os resultados parecem sinalizar que os fatores que impactam na evasão estudantil repercutem, possivelmente, com a mesma intensidade e são da mesma natureza entre os estudantes cotistas e não cotistas.

No gráfico 4 que demonstra a evolução dos não concluintes, apesar da dispersão dos dados absolutos, considerando que a população cotista representa 35% dos não concluintes, e, que a representatividade dos cotistas variou entre 26% a 39%, podemos afirmar, em média, a evasão entre cotistas e não cotistas estão em patamares relacionados a própria representação de cada segmento no cômputo geral da população acadêmica investigada.

No Gráfico 5, logo a seguir, apresenta-se a representação da série histórica de concluintes e não concluintes para o período de 2000-2020, salientando-se que no ano 2000 teve início a oferta de cursos presenciais nesse campus.

Gráfico 5: Número de egressos concluintes e não concluintes no Campus “Z”



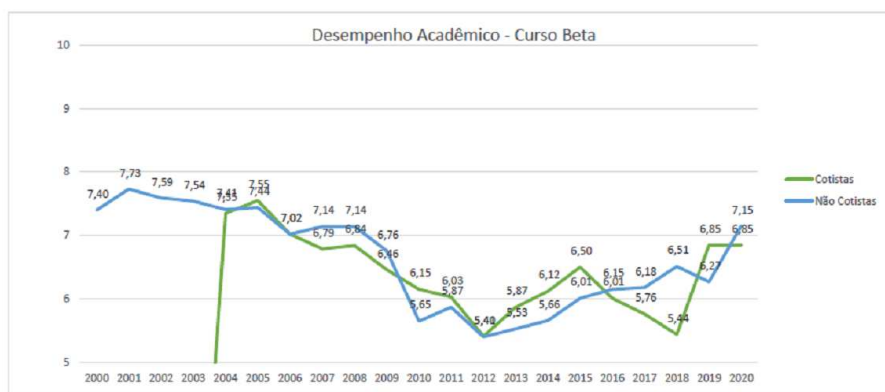
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

O Gráfico 5 demonstra ao longo de toda a série histórica que o número de estudantes concluintes é muito próximo do de não concluintes, ratificando a relevância do impacto do fenômeno da evasão estudantil. Nota-se, entretanto, que a partir de 2012 o quantitativo de estudantes não concluintes (evadidos) supera o de estudantes concluintes.

Os achados caracterizados no Gráfico 5 parecem sinalizar que os elementos impactantes no processo de evasão estudantil passam a ser mais significativos a partir de 2012, e tornam-se bastante agudos desse período em diante, mais uma vez corroborando a necessidade de novos estudos que investiguem a natureza dos fatores que condicionam esse fenômeno.

No que diz respeito ao desempenho acadêmico, considerando a média aritmética obtida da nota obtida no curso, tanto no Curso Beta (Gráfico 6) quanto no Curso Beta (Gráfico 7), o desempenho acadêmico entre estudantes cotistas e não cotistas é muito semelhante.

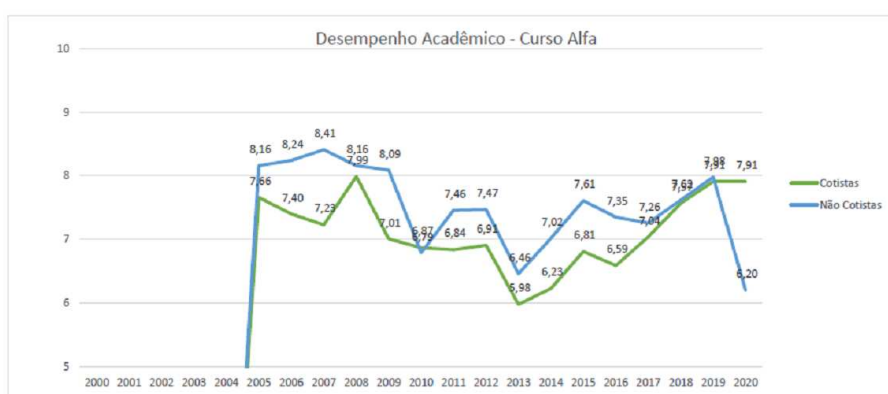
Gráfico 6: Desempenho acadêmico (média final) do Curso Beta em relação às cotas de acesso



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Para o Curso Beta, o período entre 2009 a 2016 demarca uma fase em que o desempenho dos estudantes cotistas é ligeiramente superior ao dos estudantes não cotistas. Deve-se considerar que é somente em 2005 que os dados acadêmicos da instituição passam a sinalizar a condição dos estudantes cotistas e não cotistas. Assim, para o Curso Beta, o desempenho dos estudantes não cotistas apresenta-se como ligeiramente superior ao dos cotistas no período 2005–2017 (Gráfico 7).

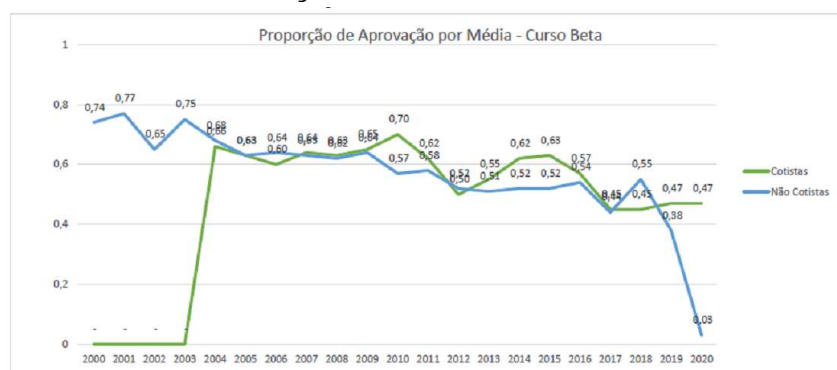
Gráfico 7: Desempenho acadêmico (média final) do Curso Alfa em relação às cotas de acesso



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Em 2018, os desempenhos acadêmicos para o Curso Beta entre cotistas e não cotistas aparecem como sendo equivalentes, e em 2020 o desempenho dos estudantes cotistas passa a superar o dos não cotistas. É interessante notar que esse fenômeno, de o desempenho acadêmico dos estudantes cotistas ser superior ao dos não cotistas, mais comum no Curso Beta, somente ocorre para o Curso Beta no ano de 2020, período da pandemia da COVID-19 (Gráfico 8).

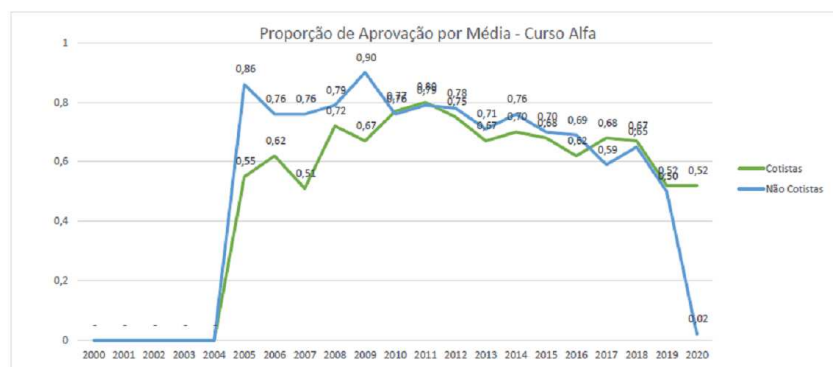
Gráfico 8: Proporção de aprovação por média Curso Beta em relação às cotas de acesso



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Da análise do Gráfico 9, depreende-se que a proporção de estudantes aprovados por média no Curso Beta gira em torno de 50% dos estudantes matriculados, tanto para estudantes cotistas quanto para os estudantes não cotistas. Para essa série a análise dos dados para o ano de 2020 aparece prejudicada por algum problema de disponibilização dos dados bem como a inexistência dessa segregação anterior a 2003.

Gráfico 9: Proporção de aprovação por média Curso Alfa em relação às cotas de acesso



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A análise também evidencia que, para os estudantes do Curso Beta, a aprovação dos estudantes por média gira em torno de 60%, com desempenho compatível entre os estudantes cotistas e não cotistas, especialmente a partir de 2010, quando as informações dos registros acadêmicos segregadas entre cotistas e não cotistas já estavam sendo disponibilizadas desde 2005.

Para essa série a análise dos dados para o ano de 2020 aparece prejudicada por algum problema de disponibilização dos dados.

Na dimensão acadêmica, os resultados parecem sinalizar que à medida que se consolidam as políticas afirmativas de acesso, ao longo da série histórica, mais equivalente se torna o desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas. Assim, novos estudos acerca dessa performance no contexto dos componentes curriculares de formação geral e formação profissional podem, eventualmente, trazer novas possibilidades de análise dos resultados, especialmente se a interseccionalidade entre faixa etária e a mobilidade discente forem consideradas na análise dos dados.

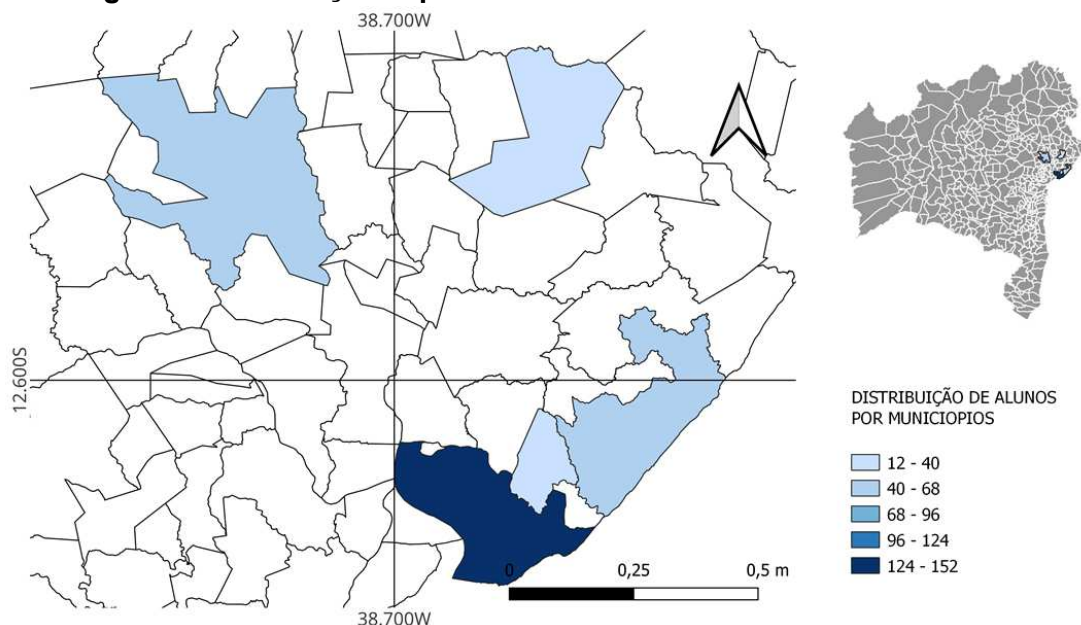
Resultados obtidos na dimensão espacial

Na dimensão espacial, a investigação buscou estabelecer se há uma aproximação da oferta de ensino superior com o local de residência dos atores sociais (estudantes) no âmbito do território de atuação do campus universitário (Campus “Z”).

Os resultados evidenciaram existir uma significativa presença de estudantes oriundos do território-identidade onde o campus universitário está localizado, ratificando a perspectiva da interiorização do ensino superior público promovido pela UNEB, o que resulta, potencialmente, na qualificação de quadros profissionais de nível superior para as instituições públicas e

empresariais inseridas naquele contexto territorial, bem como na oferta das demais atividades da tríade universitária (ensino, pesquisa e extensão), repercutindo no cenário socioeconômico daquele território-identidade.

Figura 1: Distribuição espacial dos estudantes cotistas do Curso Alfa



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

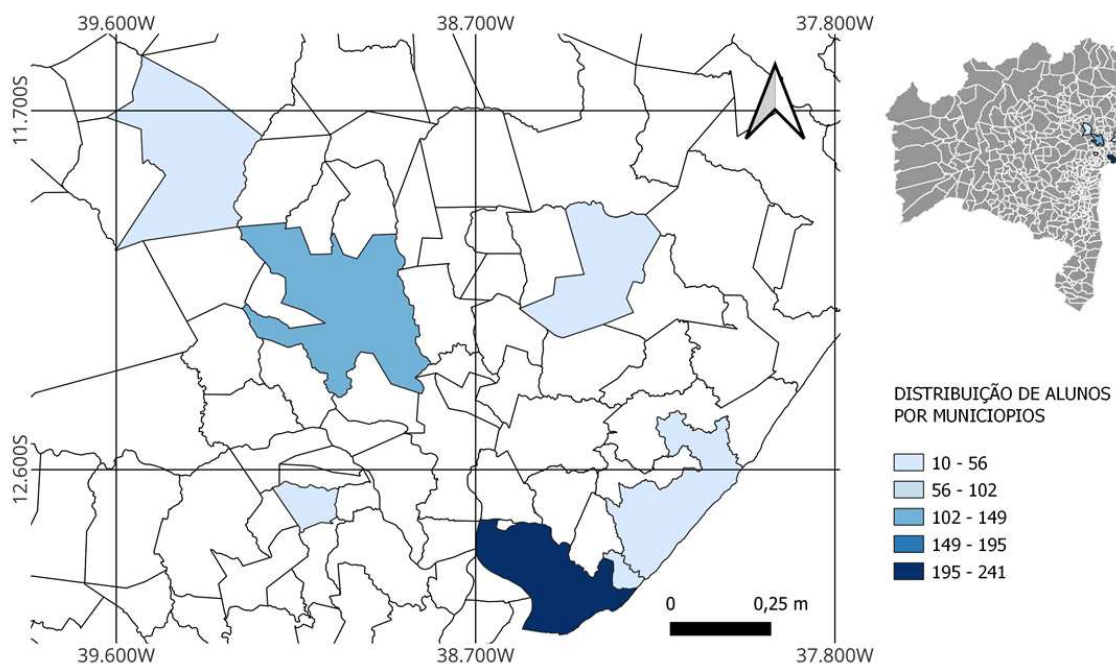
Na Figura 1, a região mais escura determina precisamente os limites do município onde o campus universitário está localizado, exatamente onde ocorre a maior concentração de estudantes do Curso Beta, dentre os estudantes cotistas.

Existe ainda uma proporção menor de concentração de estudantes de diferentes municípios vizinhos dentro do mesmo espaço do território-identidade, além de variados agrupamentos em municípios de outros territórios-identidade, mas de distância inferior a 100km.

Na Figura 2, mais adiante, diferentemente da perspectiva dos estudantes cotistas do Curso Beta, há uma dispersão espacial um pouco maior dos estudantes não cotistas, explicada, possivelmente, por melhores condições objetivas de mobilidade dos estudantes não cotistas em relação aos estudantes cotistas (renda, acesso a uma maior diversidade de modais de transporte etc.).

Percebe-se também na Figura 1 a concentração de estudantes no município onde o campus está localizado (parte mais escura do mapa) e concentrações menores em diferentes municípios próximos, do mesmo território-identidade, além de outras concentrações de estudantes fora do território-identidade, mas em distância não superior a 100 km da localização do campus.

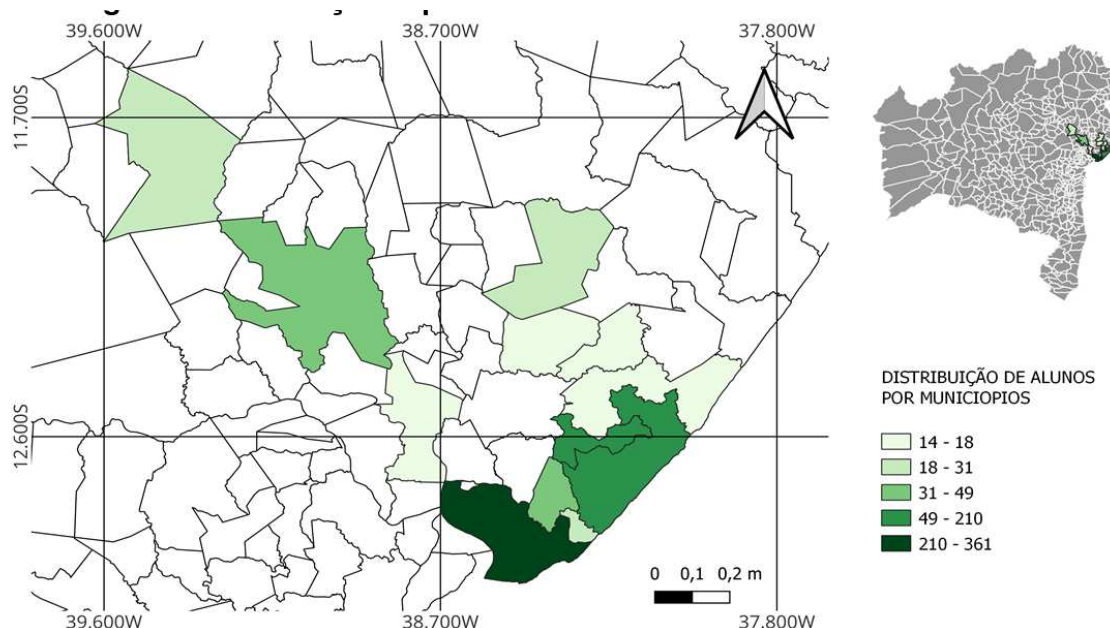
Figura 2: Distribuição espacial dos estudantes não cotistas do Curso Alfa



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Para o Curso Beta, os resultados se apresentaram ligeiramente diferentes para os estudantes cotistas, conforme evidenciado na Figura 3. Há uma dispersão maior dos estudantes desse curso em relação ao Curso Alfa nos diferentes municípios que constituem o território-identidade, com uma concentração maior de estudantes do município onde o campus universitário está localizado, ratificando os resultados anteriores, mas com concentrações também significativas em municípios vizinhos.

Figura 3: Distribuição espacial dos estudantes cotistas do Curso Beta



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

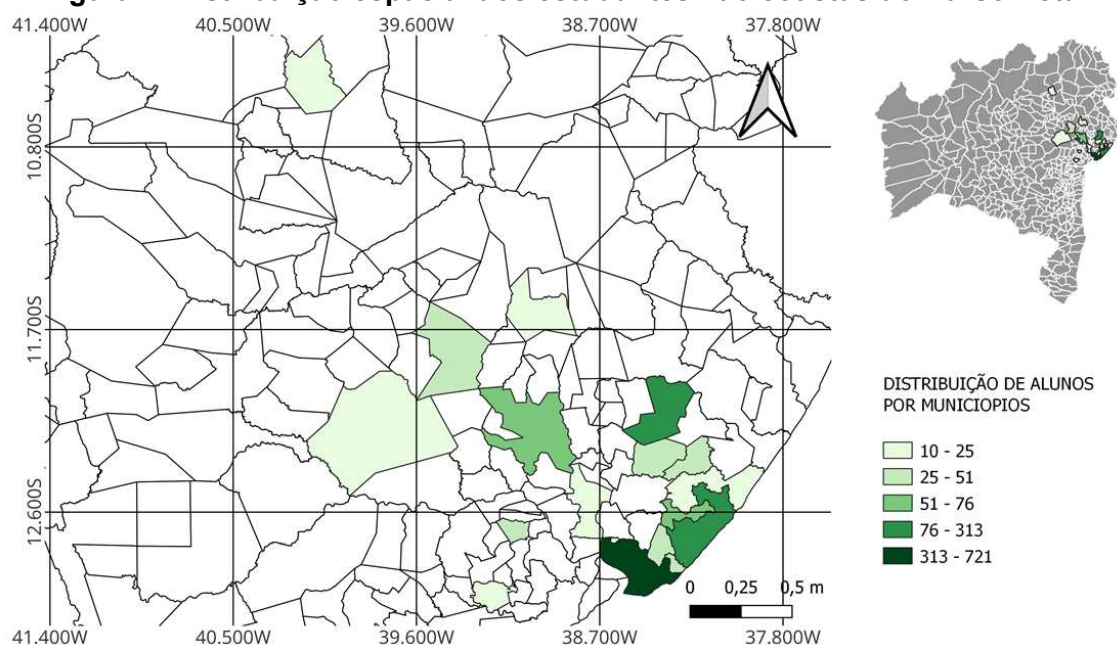
Esses resultados podem ser explicados, possivelmente, pelo fato de o Curso Beta ser um curso mais antigo que o Curso Alfa, nesse sentido, pode já ter formado um contingente de profissionais mais expressivos do município de origem, tendo passado a atender a um contingente de estudantes de municípios próximos, repercutindo, provavelmente, em um contexto mais amplo de dispersão espacial.

Similarmente, os resultados da pesquisa sugerem que o fenômeno da mobilidade discente repercute de maneira diferente entre os cursos, não estando relacionado diretamente a aspectos das políticas de cotas em si, embora estas também estejam refletidas nessa dimensão. Existe a possibilidade de que outras dimensões referentes ao perfil socioeconômico dos ingressantes e maturidade do curso também estejam repercutindo nesta dimensão espacial.

Os resultados obtidos na dimensão espacial de estudantes não cotistas do Curso Beta ampliam a dispersão territorial da origem dos estudantes desse curso em relação à localização do campus universitário, mais uma vez indicando que, possivelmente, estudantes não cotistas possuem melhores condições de mobilidade que estudantes cotistas, possivelmente por aspectos

socioeconômicos relativos a maiores possibilidades de mobilidade ou de acesso à diversidade de modais (Figura 4).

Figura 4: Distribuição espacial dos estudantes não cotistas do Curso Beta



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A Figura 4 ratifica que os estudantes não cotistas do Curso Beta são significativamente do município onde está localizado o campus universitário, com concentrações em municípios vizinhos do mesmo território-identidade, outras concentrações menores em municípios de diferentes territórios-identidade, mas também em distâncias inferiores a 100 km, confirmando a condição desse território na formação de quadros de profissionais de nível superior a partir da presença da UNEB, bem como da oferta de atividade universitária relativa à pesquisa e extensão.

Os resultados da dimensão espacial sugerem que as políticas de permanência e assistência estudantil voltadas a estudantes cotistas devem também se preocupar com a dinâmica da mobilidade discente, haja vista que esta repercute de forma diferente entre os cursos e seus perfis socioeconômicos discentes. Por isso, deve-se considerar que, mesmo permanecendo no âmbito do território-identidade, esses estudantes também demandam apoio para sua mobilidade, por residirem em algumas circunstâncias em municípios diferentes de onde os cursos são ofertados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado buscou identificar a trajetória dos estudantes do ensino superior que ingressaram pela política afirmativa de acesso protagonizada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Nesse sentido, buscaram-se elementos para a caracterização dos estudantes que ingressaram por meio dessa política afirmativa de efetivação de titularidade de direitos sociais, a partir da análise da população universitária de um determinado campus dessa universidade, realizando-se estudo tendo como objeto o denominado “Campus “Z””, localizado no interior do estado, e dos cursos de graduação presenciais “Cursos Alfa e Beta”, no campo das ciências sociais aplicadas ali ofertados, a partir das dimensões demográfica, acadêmica e espacial.

O levantamento teórico identificou o quanto permanece latente a adesão do senso comum às teses reativas/reacionárias acerca desse tipo de política, bem como ofereceu elementos para melhor caracterizar os resultados obtidos e estabelecer elementos que subsidiem a defesa dessa iniciativa e seu aperfeiçoamento (Venturini, 2017; Senkevics, 2018; Auad, Cordeiro, 2018; Ferreira, 2019).

A pesquisa de natureza exploratória, documental e descritiva determinou, a partir dos registros acadêmicos da instituição, a trajetória dos estudantes do ensino superior que ingressaram por meio da política afirmativa de acesso protagonizada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), realizando-se uma análise da população universitária de um determinado campus dessa universidade no período de duas décadas, compreendido entre os anos 2000 e 2020, sendo o ano de 2002 o início dessa política afirmativa.

Os resultados obtidos na dimensão demográfica caracterizam os estudantes como do gênero feminino, solteiros e não cotistas, da faixa etária entre os 17 e 26 anos.

Em contrapartida, mesmo em um ambiente de protagonismo histórico na implantação das políticas de cotas, percebeu-se que os dados acadêmicos registrados não indicam informações de etnia ou raça, apesar de o banco de dados permitir essa informação. Tais resultados confirmam os achados dos estudos de Cavalcanti *et al.* (2010) e Senkevics (2018) acerca do silenciamento das informações étnico-raciais nos arquivos das instituições públicas de ensino superior brasileiras.

Na dimensão acadêmica, o desempenho acadêmico e a proporção de aprovação por média entre os estudantes cotistas e não cotistas mostraram ser, em média, equivalentes, à medida que se consolidam as políticas afirmativas de acesso, o que se constitui em evidências que igualmente ratificam os achados dos estudos de Cavalcanti *et al.* (2010).

Na dimensão espacial, foi possível constatar que os estudantes, em sua maioria, são originários do município onde o campus universitário está localizado, mas que ocorre, já de forma significativa, uma dispersão territorial desses discentes, a qual avança à medida que os cursos se tornam maduros, e que existe menor nível de dispersão entre os estudantes cotistas quando comparados com os estudantes não cotistas.

Importa salientar que, dada a limitação do presente estudo, em função do escopo dos dados acessados – especialmente quanto à caracterização racial dos estudantes, da necessidade de aprofundamento acerca dos fatores relevantes à evasão estudantil, de possíveis abordagens com interseccionalidade entre gênero, mobilidade, faixa etária e raça –, novos estudos devem ser realizados.

Esses futuros estudos deverão cumprir, portanto, as etapas posteriores do projeto de pesquisa denominado “fatores relevantes para a trajetória e desempenho acadêmico de estudantes cotistas e não cotistas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)”, do qual esta iniciativa representa esforço inicial.

REFERÊNCIAS

Auad, Daniela; Cordeiro, Ana Luisa Alves. A interseccionalidade nas políticas de ações afirmativas como medida de democratização da educação superior. **EccoS: Revista Científica**, São Paulo, n. 45, p. 191-207. jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/EccoS.n45.7959>. Acesso em: 17 fev. 2015.

Bahia (Estado). Constituição (1989). **Constituição do Estado da Bahia**. Promulgada em 5 de outubro de 1989. Salvador: Assembléia Legislativa, 1989. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/constituicao-do-estado-da-bahia-de-05-d-e-outubro-de-1989>. Acesso em: 22 dez. 2020.

Bahia (Estado). Lei nº. 13.458 de 10 de dezembro de 2015. Institui o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 11 dez. 2015, ed. n. 21.835, Seção 1, p.1.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20105.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

Brasil. Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades; Lei de Cotas nas Universidades; Lei de Cotas Sociais. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012, Seção 1, p. 1.

Cavalcanti, Ivanessa Thaiane do Nascimento; Andrade, Cláudia Sá Malbouisson; Tiryaki, Gisele Ferreira; Costa, Lília Carolina Carneiro. Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 1, p. 305-327, mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-407720190001000016>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Daflon, Verônica Toste; Feres Júnior, João; Campos, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr., 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742013000100015>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Ferreira, Nara Torrecilha. Ações afirmativas raciais e a atuação do jornal Folha de S. Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 110-128 jan./mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145467>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Fialho, Nadia Hage. **Universidade Multicampi**. Brasília, DF: Plano Editora, 2005.

Gorczewski, Clovis; Terra, Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcelos. O princípio da igualdade na Constituição Brasileira e sua aplicabilidade nas ações afirmativas referentes ao ingresso no ensino superior. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, Santo Ângelo, RS, ano VI, n. 9, p. 117-138, nov. 2006. Disponível em: http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direito_e_justica/article/view/297/195. Acesso em: 17 fev. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características étnico-raciais da população**: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça: 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas**: Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro, n.41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE; Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017**: Rendimento de todas as fontes 2017. Rio de Janeiro: IBGE; Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/acfb1a9112a9eceedc4ea612d5aaf848.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

Lima, Paulo Gomes. A universidade no Brasil e políticas de ações afirmativas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.44, p. 156-170, dez.2011. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v11i44.8639983>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Instrução Normativa nº 23, de 25 de julho de 2023. Disciplina a aplicação da reserva de vagas para pessoas negras nos concursos públicos, na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e reserva vagas para pessoas negras nos processos seletivos para a contratação por tempo determinado de que trata a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 28 Jul 2023, Seção 1, p. 48.

Mota Júnior, Antônio de Macêdo; Conceição, Sergio Henrique da. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior (Fundes). **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, MG, v. 10, n. 2, p. 888-907, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v10n2a2021-57578>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Petrucelli, José Luis; Saboia, Ana Lucia. (Orgs.). **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Rio de Janeiro (Estado). Lei nº. 3524, de 28 de dezembro de 2000. Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2000, Seção 1, p. 2.

Santana, Elaine Barbosa. As políticas públicas de ação afirmativa na educação e sua compatibilidade com o princípio da isonomia: acesso às universidades por meio de cotas para afrodescendentes. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 736-760, out./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362010000400005>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Senkevics, Adriano Souza. Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e182839, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201844182839>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Universidade do Estado da Bahia. **Portal UNEB**. Salvador: UNEB, 2020. Disponível em: <http://portal.uneb.br>. Acesso em: 22 dez.2020.

Universidade do Estado da Bahia. Resolução nº. 1.316/2018. Altera a Resolução CONSU nº. 1.114/2015, que autoriza a concessão de bolsas do Programa de Bolsa-Auxílio para discentes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 29 mar. 2018, ed. 22387, Seção 1, p. 49.

Universidade do Estado da Bahia. Resolução nº. 1.339/2018. Aprova o sistema de reservas de vagas para negros e sobrevagas para indígenas; quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgênero, no âmbito da UNEB, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 28 jul. 2018, ed. 22467, Seção 1, p. 32.

Venturini, Anna Carolina. Formulação e implementação da ação afirmativas para a pós-graduação do Museu Nacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1292-1313, out./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053144438>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Submissão em 21 de setembro de 2023.
Aceite em 28 de maio de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição
4.0

Internacional. Texto da Licença:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>